

**UMA SUCINTA DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA: O BARÃO DE STUDART**João do Carmo Batista Júnior<sup>1</sup>“Mas a história nunca é escrita de modo ‘inocente’.”<sup>2</sup>

A reflexão proposta por Caire-Jabinet, em um pequeno, porém, elucidativo texto, nos convida a pensar acerca dos (des)caminhos da historiografia. Segundo a autora, é necessário investigar a ‘história da história’ para compreender a maneira como aquela tem sido escrita, o modo e as razões pelas quais ela tem conquistado progressivamente seu instrumental. Tal convite, sedutor e ao mesmo tempo desafiador, nos coloca diante da tarefa de pensar acerca do ofício do historiador e de seu exercício sempre constante de busca por uma posição crítica e auto-reflexiva sobre a escrita da história. Nesse sentido, é que buscamos fazer uma discussão, ainda que breve, acerca do Barão de Studart e da inserção de sua obra naquilo a que chamamos historiografia cearense. Não é nosso objetivo verticalizar a discussão sobre a figura de Studart, mas sim propor alguns questionamentos teóricos fundamentados em alguns autores.

Antes de adentrar no campo propriamente dito da escrita de Studart, algumas ponderações tornam-se fundamentais, se não obrigatórias, para dar maior relevância à reflexão ao qual nos propomos.

Gostaríamos de destacar algumas das considerações feitas por Jurandir Malerba, em *A história escrita* (2006), acerca da prática da crítica historiográfica. Segundo o autor, o historiador tem uma obrigação que lhe é posta pelo seu ofício: a auto-reflexão e a crítica sobre a escrita da história. Malerba nos lembra que nunca partimos de um “ponto zero” quando estamos realizando uma pesquisa e que uma característica fundamental do conhecimento histórico é sua própria historicidade, assim não é lícito a nós historiadores abrir mão das contribuições dos que nos antecederam. A crítica historiográfica é, portanto, fundamento do conhecimento histórico. Segundo ele, “é essa historicidade do próprio conhecimento histórico que obriga ao historiador a haver-se com toda a produção que procura superar. Nasci aqui a necessidade incontornável da crítica.”<sup>3</sup>

O autor destaca, ainda, que a fonte geradora da historiografia é a retificação das versões do passado histórico (que se opera a cada geração) e que tal retificação além de ser motivada e condicionada pela própria inserção social do historiador em seu contexto, geralmente se apóia em novas descobertas documentais, bem como, no possível alargamento do horizonte teórico e metodológico da disciplina.

As idéias do autor nos ajudam a pensar o lugar que Studart e seus escritos ocupam na historiografia cearense, pois entre suas conclusões ele destaca, ao discutir o conceito de historiografia, que esta se apresenta de duas formas: como objeto e como fonte histórica. Dessa forma, além de pensar nos escritos de Studart como fonte, nos é colocada a possibilidade de torná-los (assim como sua inserção social em um dado “lugar”) objeto, destacando a necessidade da crítica historiográfica posta em relevo por Malerba. É necessário lembrar, conforme o autor nos indica ao dialogar com Armando Saita, que não há “superação” total de uma obra histórica, pois ela se torna documento de uma época, havendo sempre algumas páginas que resistem à crítica. Tal ponderação se faz presente no caso dos escritos de Studart.

Outro autor que nos ajudou a aguçar a percepção foi Michel de Certeau com seu texto *A operação historiográfica* (2000), onde pudemos refletir sobre alguns aspectos que facilitaram um olhar crítico sobre Studart e sua obra.

Certeau nos coloca diante de uma “desmontagem” do fazer historiográfico, ou como ele próprio denomina uma “operação”. Para o autor, encarar a história como uma operação é tentar de forma limitada entendê-la como a relação entre um lugar social de produção, procedimentos de análise (disciplinares) e o exercício da escrita.

Para pensarmos sobre Studart, necessitamos como propõe Certeau, situá-lo em um lugar social. Para Certeau toda pesquisa está situada em um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural e o historiador se encontra inscrito numa situação particular onde existem pressões e condicionantes sociais. Devemos, portanto, empreender um esforço por situar a produção de Studart em seu tempo e em seu lugar social de produção.

Em *Datas e fatos para a história do Ceará*, obra (originalmente impressa em 1896) do então conhecido apenas como Guilherme Studart, podemos começar a problematizar esse lugar social. Na capa da obra estão elencadas as atividades às quais Studart fazia parte, bem como sua naturalidade cearense. Entre elas podemos citar: médico do Hospital da Caridade de Fortaleza; membro da Academia Cearense, do

Instituto do Ceará, do Centro Literário do Ceará, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, para citar apenas alguns. Guilherme Studart (1856-1938), filho de pai inglês e mãe cearense “foi um dos maiores representantes daquilo que se convencionou chamar de intelectual iluminista”<sup>4</sup>, portanto, dotado de interesse por várias áreas do saber.

Não é de forma fortuita que Guilherme Studart se insere em um seleto grupo de homens dedicados ao estudo e ao desenvolvimento da ciência, defensores da razão e do progresso, crença maior do século XIX.

Como ressalta Eduardo Lúcio G. Amaral, desde jovem Guilherme Studart teve uma ampla participação em associações e grêmios intelectuais diversos, que congregavam pessoas com certa afinidade entre si e que utilizavam esses espaços para a discussão filosófica, literária, política e para o lazer. Segundo o autor, tais grupos caracterizavam um tipo de sociabilidade de elite que marcou a produção intelectual cearense daqueles tempos. Amaral enfatiza que o fato de Studart ter sido um dos fundadores do *Centro Abolicionista 25 de dezembro* (1883), de postura mais conservadora se comparado à *Sociedade Cearense Libertadora* (1880) (de caráter mais exaltado), lhe rende um tom de controvérsia quando lhe imputam o mote de “Abolicionista Studart”.

Amaral explica que o baronato foi ofertado a Studart pelo papa Leão XIII em 1900, como reconhecimento pela sua ação social nas Sociedades de São Vicente de Paula, organizações leigas alinhadas com o trabalho da Igreja e que tinham um caráter filantrópico. Studart esteve a partir de 1883 na presidência do Conselho Central das Sociedades de São Vicente de Paula, partindo daí o crescimento quantitativo da dita sociedade no Ceará.

Segundo Amaral, o título de barão reforçou a imagem de Studart na sociedade em que vivia. Para o autor:

“O Barão de Studart exerceu um tipo de poder simbólico na sociedade da época. Poder diferenciado daquele que se fazia por força das armas ou no exercício de algum cargo político. O fascínio criado por Studart advém da consagração num único homem de todas as expectativas que uma época tece em relação aos ideais que cultiva. Pôde, desta feita, angariar imenso prestígio social a partir da imagem construída sobre si mesmo”<sup>5</sup>.

Se retomarmos a obra *Datas e fatos para a história do Ceará*, podemos perceber um outro aspecto interessante: uma página inicial onde Studart oferece e dedica a obra “a pleiade de Cearenses, que tanto não concorriram para os estudos da história do torrão natal”<sup>6</sup>. Logo acima, Studart escreve “Aos Illm.os Snrs.”, citando oito nomes, alguns deles, membros fundadores do Instituto do Ceará. Os oito nomes que constavam eram: Conselheiro Tristão de Alencar Araripe; Desembargador Paulino Nogueira B. da Fonseca; Senador Joakim de Oliveira Catunda; João Capistrano de Abreu; Antônio Bezerra de Menezes; João Batista Perdigão de Oliveira; Licínio Nunes de Mello; Joaquim do Carmo.

Tais escritos podem passar despercebidos, mas um olhar mais acurado e uma ponderação mais atenta nos remete ao fato de que quando nos deparamos com um escrito historiográfico, seja ele como os de Studart, de fins do século XIX, seja um trabalho recém-elaborado, estamos muitas vezes diante do que Certeau chama de “não-dito”<sup>7</sup>. Segundo o autor, o texto escrito muitas vezes não explicita que o historiador está inserido em uma rede de pressões e condicionantes sociais e que ele se estabelece em um lugar social. Nesse caso, a legitimidade de um saber parece ser indissociável de uma instituição social. Para Certeau:

“É, pois, impossível analisar o discurso histórico independentemente da instituição em função do qual ele se organiza silenciosamente; ou sonhar com uma renovação da disciplina, assegurada pela única e exclusiva modificação de seus conceitos, sem que intervenha uma transformação das situações assentadas”<sup>8</sup>.

O autor nos chama a atenção para o fato de que devemos atentar para o “não-dito” que está posto na escrita da história de modo a camuflar os caminhos pelos quais se chegou a um determinado trabalho escrito. Apesar da complexidade das idéias do autor, nos parece que ele faz um alerta para o fato de que não basta compreender e nem buscar as mudanças na escrita da história apenas no nível puramente conceitual. Faz-se necessário ir além e entender que essas mudanças conceituais podem estar inseridas num campo de modificações que ocorrem no nível das instituições, lugares onde o discurso histórico é organizado e legitimado.

Nessa perspectiva, devemos lançar um olhar sobre a inserção de Studart no Instituto do Ceará. Sendo ele um dos membros fundadores da instituição que nasceu em 4 de março de 1887, Studart foi o terceiro presidente do instituto e foi responsável pelas sucessivas edições da revista da agremiação. Amaral explica que os treze primeiros

membros do Instituto do Ceará “representam o espelho de uma elite local, educada nas faculdades de direito e medicina, seque na busca de um discurso ilustrado e influenciada pelas teorias européias científicas, positivistas e deterministas”<sup>9</sup>.

Isso nos remete mais uma vez, guardadas as proporções, às idéias de Certeau sobre a necessidade de uma legitimidade que o historiador busca sobre aquilo que ele produz. Essa legitimidade se dá no nível do grupo ao qual ele se insere e dos critérios e procedimentos de qualidade que esse grupo lança sobre a escrita, dando a ela uma aceitação. Assim sendo, para Certeau a obra de história é dotada de uma dimensão coletiva que extrapola a condição do indivíduo.

Estando a escrita atrelada a um lugar social, parece não restar dúvida de que no caso de Studart esse lugar é o Instituto do Ceará. João Alfredo Montenegro ao caracterizar o trabalho de Studart, dá relevância a esse aspecto:

“Com efeito (Studart) efetuou rígido enlace entre narrativa histórica e documentação, entre escritos históricos e fontes primárias, instituindo na sua terra natal, mais precisamente no Instituto do Ceará, o lugar privilegiado da produção historiográfica entre nós”<sup>10</sup>.

Dito esse lugar social, é interessante compreendermos a escrita de Studart. Raimundo Girão destacando o trabalho desenvolvido por Studart no campo da história afirma que:

“Reputou-se ao fim o Doutor da Historiografia do Ceará. Centralizou as suas lucubrações no tirar as dúvidas, controvérsias e erros da história do nosso passado, mediante provas literais inconcussas.”<sup>11</sup>

A escrita de Studart se caracteriza por uma relação de reverência para com as fontes. Segundo Amaral, Studart não escrevia história, não punha juízos de valor nos seus escritos nem costurava os fatos em uma bela narração. Tinha um estilo seco, apenas relatando os fatos e atentando para a necessidade de que a fonte “falasse por si mesma”. Essa sacralidade reservada ao objeto do saber impedia Studart de emitir juízos de valor. Entretanto, sua obra possui um direcionamento não escondido. Uma preocupação com princípios como o “civismo” e a “honradez”, “a necessidade da construção de um panteão de heróis para o templo da história cearense demonstra a importância da pesquisa histórica para Studart.”<sup>12</sup> Nas palavras do próprio Studart, citadas por Amaral, podemos perceber essa concepção:

“Si(...) a história toda se reduz por si mesma com facilidade à biographia de alguns indivíduos fortes e apaixonados, creio ter ajuntado alguns subsídios acumulando pedras seleccionadas para o magnífico templo da história cearense”<sup>13</sup>. Isso nos faz retomar a idéia inicial de que a história nunca é escrita de modo inocente como pretendeu um dia a história dita positivista, sob parâmetros que se queriam neutros e objetivos, como fundamento de uma verdade científica.

Dessa forma, podemos continuar pensando acerca da prática desenvolvida por Studart no que diz respeito às fontes. Para Shapochnik<sup>14</sup> nas concepções de história oitocentistas o documento era tido como espelho da realidade, uma prova irredutível, ele falaria por si mesmo se constituindo como expressão irrefutável do fato. Dito isto, não se torna difícil compreender as motivações que moviam Studart em seus escritos de história. Recorrendo novamente às *Datas e fatos para a história do Ceará* percebemos isso claramente quando Studart explica que nesse trabalho buscou:

“(...) consignar a verdade rigorosa dos factos e das datas da Chronica Cearense, melhor estudados hoje graças aos documentos encontrados (...). A certas datas ajuntei os respectivos documentos, ora para corroborar afirmações minhas, ora para consignar costumes e usanças, ora para firmar datas memoráveis do nosso passado. Praticando assim obedeci a um plano, que me tracei há muito – o de ir ajuntando materiaes para o futuro historiador do Ceará.”<sup>15</sup>

O que concluímos nessas poucas linhas é que compreender a figura de Studart em meio aquilo a que chamamos historiografia cearense é uma tarefa complexa. Ela pode partir da reflexão sobre o lugar social que Studart ocupou, sobretudo, enquanto membro do Instituto Histórico do Ceará, lugar de uma produção historiográfica dotada de certo sentido político, moral e identitário e ao que nos parece desejoso por estabelecer um projeto de construção de uma história verdadeira e definitiva para o Ceará.

Essa árdua reflexão encontra fundamento, também, quando entendemos Studart como um homem do século XIX e enquanto tal dotado da percepção de um conhecimento progressivo e cumulativo e consciente de que sua tarefa de preparação de uma base documental sólida poderia ser de suma importância para a história, delegando ele um trabalho ao “futuro historiador do Ceará”.

## **BIBLIOGRAFIA**

AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. *Barão de Studart: memória da distinção*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2002.

CAIRE-JABINET, Marie Paule. *Introdução à Historiografia*. São Paulo: Edusc, 2003. (p.11-16)

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: \_\_\_\_\_. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

GIRÃO, Raimundo. Barão de Studart e a historiografia cearense. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 70, 1956.

MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: \_\_\_\_\_(Org.). *A história escrita*. São Paulo: Contexto, 2006.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. O modelo historiográfico do Barão de Studart. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 114, 2000.

OLIVEIRA, Almir Leal de. O Instituto Histórico e a emergência de uma narrativa historiográfica. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 118, 2004.

SCHAPOCHNIK, Nelson. As figurações do discurso da história. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A história escrita*. São Paulo: Contexto, 2006.

STUDART, Guilherme (barão de.). *Datas e fatos para a história do Ceará*. 3 t. Ed. Fac-sim. Fortaleza; Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

STUDART, Guilherme (barão de.). *Notas para a História do Ceará*. Brasília: Senado Federal, 2004.

## NOTAS

1 Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Ceará.  
E-mail: junior.jcbj@yahoo.com.br

2 CAIRE-JABINET, Marie Paule. *Introdução à Historiografia*. São Paulo: Edusc, 2003. (p.11-16) p.16.

3 MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *A história escrita*. São Paulo: Contexto, 2006. p.17.

4 AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. *Barão de Studart: memória da distinção*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2002. p.7.

5 Idem, p.25.

6 STUDART, Guilherme (barão de.). *Datas e fatos para a história do Ceará*. 3 t. Ed. Fac-sim. Fortaleza; Fundação Waldemar Alcântara, 2001. p.5.

7 CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: \_\_\_\_\_. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. P.67.

8 Idem, p.71.

9 AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. *Barão de Studart: memória da distinção*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2002. p.29.

10 MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. O modelo historiográfico do Barão de Studart. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 114, 2000. p.59.

11 GIRÃO, Raimundo. Barão de Studart e a historiografia cearense. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 70, 1956. p.23.

12 AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. *Barão de Studart: memória da distinção*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2002. p.40.

13 Idem, p.39.

14 SCHAPOCHNIK, Nelson. As figurações do discurso da história. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A história escrita*. São Paulo: Contexto, 2006. p.171.

15 STUDART, Guilherme (barão de.). *Datas e fatos para a história do Ceará*. 3 t. Ed. Fac-sim. Fortaleza; Fundação Waldemar Alcântara, 2001. p.7.

